



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 35/2021 da CCJR sobre o Projeto de Lei nº 30/2021, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre denominação da travessa da Rua André Rossini e da Rua Projetada, ambas situadas no bairro linha Senador Dantas e dá outras providências.

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM EXAME

1. Trata-se de projeto de lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre denominação da travessa da Rua André Rossini e da Rua Projetada, ambas situadas no bairro linha Senador Dantas.
2. Na mensagem consta que *“o presente projeto se justifica atender indicação desta Casa de Leis de nº 154/2020 e 176/2020, de autoria do vereador Milton Ticaca, cuja indicação, biografia e memorial descritivo e justificativa seguem anexas.”*
3. Nos termos regimentais, a propositura tramitou nesta Casa sem receber emendas ou substitutivos.
4. A proposta está acompanhada das bibliografias dos homenageados (*in memoriam*).
5. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

6. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre a **constitucionalidade, juridicidade ou legalidade e técnica legislativa** de projetos de lei submetidos a sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno.



7. A matéria é de interesse local, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República Federativa do Brasil.¹

8. A iniciativa legislativa está de acordo com as disposições do art. 63, inciso XVI da Lei Orgânica Municipal².

9. **No que se refere à técnica legislativa**, a proposta está adequada às disposições da Lei Complementar n. 95 de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis.

10. **Quanto à juridicidade**, há óbice para a deliberação da matéria em Plenário, tendo em vista que as referidas ruas encontram-se inseridas em loteamento irregular, conforme informado pelo Poder Executivo.

11. Segundo informações contidas nos artigos 1º e 2º da proposta, não existe planta de projeto de loteamento, inferindo-se que se trata de parcelamento não aprovado pelo Poder Público.

12. Cabe ressaltar que para haver o reconhecimento da natureza pública de tais áreas é necessário que o parcelamento do solo seja previamente aprovado, caso contrário, ocorreria a oficialização de um loteamento em inobservância às normas urbanísticas do Município.

13. Ademais, cabe ressaltar que é competência do Município promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento de controle de uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano, nos termos da Lei Orgânica Municipal.³

14. **No mérito**, o projeto pretende conceder justa homenagem às pessoas que fazem parte da história do Município e que, portanto, são merecedoras. No entanto, juridicamente,

¹ Constituição Federal. Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;

² Lei Orgânica Municipal. Artigo 63 - Compete privativamente o Prefeito: (...) XI - dar denominação a próprios municipais e logradouros públicos, com a devida autorização Legislativa;

³ Artigo 3º - Compete ao Município, no exercício de sua autonomia legislar sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais e garantir o bem estar de seus habitantes, cabendo-lhe privativamente entre outras, as seguintes atribuições:

XVI - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento de controle de uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano; (grifamos)



623

há impedimento para aprovação da matéria, conforme já explanado nos itens de 10 a 13 deste parecer.

15. Assim, apesar do nobre objetivo da proposta, não é possível dar denominação às referidas ruas, sem que antes seja promovida a regularização fundiária pelas entidades e órgãos competentes.

16. Por fim, registramos que o quórum para aprovação da matéria é de maioria absoluta dos membros da Câmara (cinco votos), em um único turno de votação, nos termos do disposto no art. 48, § 2º, da Lei Orgânica Municipal.

III – CONCLUSÃO

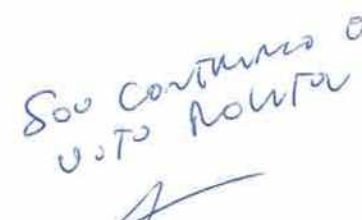
Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela inconstitucionalidade e ilegalidade da proposta, pelo que somos **DESFAVORÁVEIS** a sua deliberação pelo plenário da Câmara Municipal.

Sala das Comissões, 13 de DEZEMBRO de 2021.


PROFESSOR URIAS
Relator

PELAS CONCLUSÕES:

MILTON TICACA
Presidente


CARLINHOS ASSPA
Membro

*Sou favorável o voto do Relator
O voto contrário será apresentado na próxima
Reunião*

"Deus seja louvado"